

10, 11 e 12 de novembro de 2025

**POLITÉCNICO DO PORTO / ISCAP**  
PORTO - PORTUGAL

---

## **DIRETRIZES DE PREPARAÇÃO PARA DISPONIBILIZAÇÃO E ACESSO DE OBJETOS DIGITAIS AUDIOVISUAIS EM PLATAFORMAS DIGITAIS**

---

**Noemi Andreza da Penha 1, Universidade Estadual Paulista, <https://orcid.org/0000-0002-3573-8123>, Brasil, noemiandreza10@gmail.com**

**Telma Campanha de Carvalho Madio 2, Universidade Estadual Paulista,  
<https://orcid.org/0000-0002-7031-2371>, Brasil, telma.madio@unesp.br**

**Luiz Antonio Santana da Silva 3, Universidade Federal do Amazonas,  
<https://orcid.org/0000-0001-5080-4603>, Brasil, luizsantana@ufam.edu.br**

**Bruno Henrique Machado 4, Universidade Federal do Rio Grande, <https://orcid.org/0000-0002-3034-3122>, Brasil, machadobrunohenrique@furg.br**

### **Eixo: Organização da Informação**

#### **1 Introdução**

Na conjuntura política, econômica e sociotécnica contemporânea, apontada como Sociedade da Informação e do Conhecimento (Mattelart, 2002; Castells, 2003, 2005), engendrada pelo binômio informação e comunicação, essa nova configuração é estruturada pelo ambiente digital e o uso inerente das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC). Essas tecnologias se integram em uma gama de bases tecnológicas que possibilitam, a partir de equipamentos, programas e das mídias, a associação de diversos ambientes e indivíduos numa rede, facilitando a comunicação entre seus integrantes, ampliando as ações e possibilidades já garantidas pelos meios tecnológicos (FIOCRUZ, 2010). O conceito de Sociedade da Informação e do Conhecimento é utilizado para caracterizar o novo padrão de acumulação capitalista que assume maior relevância e significado a partir dos anos 1990 e, de acordo com Werthein (2000, p. 71), foi usado como substituto do conceito complexo de “sociedade pós-industrial”. Assim, as novas

formas de comunicação, de informação e modo de vida humanos emergem e exigem novas reflexões e novos aparatos teórico-metodológicos, conforme já pontuava Machado (2000), em se tratando do ambiente digital. Grosso modo, tudo que permeia o ambiente web é composto por código/linguagem binária que é usado para representar todos os tipos de dados em computadores e outros dispositivos eletrônicos, incluindo números, letras, símbolos e instruções para o dispositivo executar tarefas específicas (Dicionário Houaiss de Comunicação e Multimídia, 2013). Como apontam Bruno, Cardoso e Kanashiro (2021), os vetores mais contundentes dessas transformações são as tecnologias implicadas na criação e na circulação de imagens digitais: câmeras acopladas a telefones celulares, aplicativos, algoritmos, sensores, sistemas de realidade virtual e de inteligência artificial. Todas essas transformações atravessam o *modus operandi* das organizações (1º, 2º e 3º setores), refletindo em suas ações, atividades e tarefas. Os fluxos informacionais, comunicacionais, isto é, a comunicação

administrativa, são embebidos inherentemente pelo processo de transição tecnológica, saindo de uma realidade analógica consolidada para uma realidade instantânea digital que afeta diretamente os procedimentos administrativos, principalmente os registros documentais desses procedimentos. A maioria das informações administrativas, gerenciais, operacionais, organizacionais, etc., de uma instituição no contexto contemporâneo têm sido produzidas, majoritariamente, de forma nativo-digital, seja nos formatos de áudio, imagem, texto, vídeo etc. Nesse contexto, os arquivos audiovisuais, sejam tais conjuntos analógicos ou digitais, são instrumentos fundamentais não apenas para o registro de informações orgânicas, mas também elementos centrais na construção, evocação e representação da memória institucional, no apoio a estratégias de resistência e valorização das memórias locais diante de ameaças ambientais e socioculturais, como pontua (Edmondson, 2017). Isso implica compreender que os documentos audiovisuais, após cumprirem sua função probatória – ou seja, após deixarem de ser registros de atos administrativos, contratuais ou operacionais de uma organização, podem adquirir valores secundários, de pesquisa e informativos. Desse modo, torna-se imprescindível pensar em estratégias arquivísticas que garantam sua permanência, assegurando o acesso no ambiente digital, de forma adequada.

Assim, para essa abordagem neste trabalho, parte-se da prerrogativa do ambiente digital - (espaço composto por linguagem binária) e do pressuposto da gestão e acesso dos objetos digitais em formato de vídeo. Dentro dessa perspectiva, um objeto digital pode ser definido como "unidade de informação em formato digital composta de uma ou mais cadeias de *bits* e de metadados que a identificam e descrevem suas propriedades" (Brasil, 2020 a, p. 37). No que tange à organização prévia desses objetos digitais, esse processo deveria se dar pela aplicabilidade dos instrumentos de gestão documental, responsáveis pela organização, classificação e descrição arquivística desses objetos digitais em formato de vídeo.

Nestes termos, a definição mais aceita de audiovisual é qualquer material, comunicação, mensagem, recurso, método etc. que busca estimular, simultaneamente, a audição e a visão (Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa Michaelis, 2025). A especificidade de ter som e elementos visuais em um mesmo documento traz particularidades no momento de seu tratamento técnico, pois temos que ter um entendimento maior de todos os seus componentes. De acordo com a Associação Internacional de Arquivos Sonoros e Audiovisuais (IASA, 2017), os documentos arquivísticos contêm vários tipos de informação que podem ser primária ou secundária. No caso dos audiovisuais arquivísticos, as primárias são o conteúdo audível ou visível, ou seja, os sinais capturados de som e imagem. As informações secundárias desempenham um papel contextual ou de depoimento em relação à informação primária.

[...] desempenham um papel contextual ou depoimento em relação à informação primária. Isso pode incluir, por exemplo, a informação sobre os conteúdos (escrita talvez sobre um suporte físico), a informação sobre o próprio suporte, ou no caso de vídeo, o timecode embutido na própria faixa do vídeo. (IASA, 2017, p. 6)

Dessa forma, todos esses elementos, informações primárias e secundárias, devem ser identificados na produção e nas etapas posteriores do tratamento documental. Dessa maneira, emerge o questionamento: Mas como garantir que essas informações não se percam, e, estejam disponíveis continuamente para pesquisas futuras? Assim, partindo dessas premissas, este trabalho se debruça sobre a seguinte etapa: a preparação desses objetos digitais para inserção em plataformas digitais destinadas ao acesso, uso e difusão desses conjuntos arquivísticos documentais. Sendo assim, o problema de pesquisa proposto neste estudo pode ser sintetizado na seguinte questão: como preparar objetos digitais em formato de vídeo dentro dos padrões arquivísticos para disponibilização e acesso em plataformas digitais? A partir do problema

identificado, estabelece-se como objetivo geral abordar a preparação de objetos digitais em formato de vídeo para acesso em plataformas digitais, compreendendo essa preparação como um conjunto de procedimentos técnicos e conceituais alinhados aos princípios da Arquivologia. Para alcançar esse objetivo geral, delineiam-se os seguintes objetivos específicos: 1) Identificar o documento audiovisual, considerando suas particularidades enquanto objeto digital e informacional; 2) Mapear em algumas instituições brasileiras os requisitos mínimos para a preparação de objetos digitais em formato de vídeo, com foco no detalhamento dos metadados; 3) Pontuar a necessidade das instituições proporem diretrizes e estabelecer intercâmbio interinstitucional de informações técnicas para a implementação do acesso aos objetos digitais em formato de vídeo em plataformas digitais. Por isso, a relevância desta pesquisa se justifica pela necessidade crescente de adequação dos objetos digitais em formato de vídeo às exigências técnicas e conceituais das plataformas digitais, assegurando não apenas o acesso, mas as informações intrínsecas e extrínsecas a estes documentos. Observa-se, que o formato de vídeo nas plataformas digitais é no formato de acesso, compreendido como “documento digital convertido para fins de acesso, podendo ser diferente daquele definido para fins de preservação.” (Brasil, 2016, p. 30).

No campo da Ciência da Informação, da Arquivologia e do Audiovisual, essa discussão contribui para o avanço teórico e prático das estratégias de gestão documental e difusão da informação, especialmente em um contexto em que a digitalização, a inserção de metadados, a produção e a disponibilização dos documentos em ambientes digitais são cada vez mais recorrentes e inerentes nos contextos institucionais plurais.

Quando são implementadas as estratégias de gestão documental, especialmente quando se refere à classificação dos documentos e à avaliação de documentos. A classificação de documentos identifica e agrupa os documentos de arquivo produzidos e acumulados pelo órgão, seguindo o princípio

da proveniência e o contexto orgânico, bem como as funções e atividades. E a avaliação de documentos refere-se à atribuição de valor aos documentos e destinação final, sendo recolhido ao arquivo (documentos analógicos) ou repositório institucional (documentos digitais) os documentos que já cumpriram os prazos legais e possuem um caráter permanente (valor secundário e informativo). E neste contexto de gestão documental, resulta na elaboração do plano de classificação e tabela de temporalidade, que reúnem informações que acompanham os documentos, portanto, os metadados primordiais para recuperação da informação na plataforma digital. O texto, em última análise, busca apresentar à discussão uma perspectiva necessária para a adequação dos objetos digitais em formato de vídeo disponibilizados nas plataformas digitais, cuja presença, nas instituições plurais, se faz presente. Ademais, o texto não tem a pretensão de encerrar as discussões a respeito do tema, porém busca contribuir para novas reflexões e debates sobre a temática.

## **2 Referencial Teórico**

---

A fotografia, de acordo com Machado (2000), é a base tecnológica, conceitual e ideológica de todas as mídias contemporâneas (...) e, por essa razão, compreendê-la, defini-la é um pouco também compreender e definir as estratégias semióticas, os modelos de construção e percepção, as estruturas de sustentação de toda a produção contemporânea de signos visuais e auditivos, sobretudo daquela que se faz por meio de mediação técnica. O que essa afirmação contundente quer dizer ao campo do saber e do fazer da Ciência da Informação e da Ciência da Comunicação? Talvez seja uma resposta um tanto quanto desafiadora de responder, mas o que se nota de forma cabal é o chamamento posto às áreas em questão, aos seus profissionais e aos seus processos, uma vez que ambos envolvidos nesse novo meandro paradigmático estão sob a égide do aparato tecnológico, conceitual da imagem e do ambiente digital. Por isso, faz-se necessário

retomar Walter Benjamin (1931 e 1934) - que discutiu teoricamente em seus ensaios o uso da fotografia e o momento em que surgiu na sociedade (1839 oficialmente) - o filósofo da Escola de Frankfurt traça o caminho do desenvolvimento dessa técnica, seus principais representantes, seus usos e seus efeitos no contexto social, político e ideológico. Ainda, Benjamin (1994) faz questão de destacar a fotografia e o cinema como os meios técnicos, massivos, mais representativos do real e objetivos na reprodução da realidade e as consequências do uso desses para a sociedade.

Já com o advento do novo paradigma imagético, isto é, a imagem digital que é uma evolução da técnica fotográfica, atrelado ao desenvolvimento das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação - TDIC, a produção, uso e circulação das informações através dos diversos meios de comunicação tornou-se mais latente, dinâmica e veloz. "A imagem, presente e percebida desde a Antiguidade, é agora redescoberta e publicizada pelos suportes tecnológicos" (Souza, 2001, p. 10). A facilidade com que os indivíduos, os grupos sociais, as organizações, dentre outros atores sociais, produzem, usam, compartilham conteúdos midiáticos digitais, tendo a imagem digital como insumo, é sobremaneira impactante. Santaella (2007) pontua que o mundo da produção da imagem é dividido em três paradigmas: Pré-fotográfico, Fotográfico e Pós-fotográfico. As pinturas, desenhos e gravuras pertencem ao paradigma pré-fotográfico; a fotografia, cinema, televisão, vídeo pertencem ao paradigma fotográfico, pois derivam da técnica fotográfica; (imagens tecnológicas); e as imagens voláteis ou digitais pertencem ao paradigma pós-fotográfico. Nesse sentido, de acordo com Schaeffer (1996, p. 13), "a identidade da imagem só pode ser captada partindo de sua gênese". Ora, conforme muda o dispositivo e o modo de produção da imagem, quer dizer, conforme muda sua morfogênese, muda também seu regime de visualidade, muda sua natureza e a maneira pela qual ela nos dá a conhecer a realidade. Mais do que isso, cada nova tecnologia da imagem nos obriga a repensar o estatuto do

próprio conhecimento (Santaella, 2007, p. 353). Agora, destaca Machado (2000), o processamento digital e a modelação direta da imagem no computador colocam novos problemas e nos fazem olhar retrospectivamente, no sentido de rever as explicações que até então sustentavam nossas práticas e teorias. Logo, estabelecer novos paradigmas sobre o contexto digital e suas imbricações se torna necessário, pois, sem essa compreensão baseada em uma análise pregressa, é, de certa forma, criar sedimentos arenosos para sustentação do arcabouço teórico-metodológico das áreas do conhecimento científico.

Mediante o avanço, desenvolvimento e uso das TDIC, principalmente no âmbito institucional, para desempenho de suas atividades, as instituições têm se cercado cada vez mais da tecnologia digital, tendo em vista a transformação dos processos operacionais. Desse modo, grande parte da produção documental institucional, resultante dessas atividades, têm sido nativa digital. Para compreensão dessa abordagem, considera-se arquivo,

[...] conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos (Brasil, 1991).

Logo, entendemos que os documentos produzidos em ambiente digital, seja em formato de texto, áudio, imagem, vídeo, isto é, independentemente do suporte da informação, são documentos de arquivos e, por isso, carecem da inserção nos programas e processos de gestão documental, tendo em vista tais especificidades. Entre os diferentes gêneros documentais que devem ser contemplados pelo processo de gestão documental no âmbito digital

[...] encontra-se o audiovisual, que possui características e complexidade

muito particulares. Em comparação aos documentos tradicionais em papel, os documentos audiovisuais são mais vulneráveis a danos causados por manuseio inadequado, equipamentos mal conservados e armazenamento precário (Buarque, Machado & Pontes, 2020, p.733).

Para tanto, a gestão de documentos pode ser definida

[...] como o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente (Brasil, 1991).

Para promover o acesso e a difusão dos documentos de seus acervos às instituições, estabeleceram diálogos com outros campos do conhecimento para disseminação de informação e dos documentos, que visem à acessibilidade, transparência para atingir determinado público, além de proximidade dos usuários à informação contida nos acervos, por meio de vários canais de comunicação, conforme Rockembach (2015), principalmente com aportes interdisciplinares entre a Ciência da Computação, Ciência da Informação, Biblioteconomia e Comunicação. Retomando, observa-se que o uso das plataformas digitais têm impulsionado estratégias voltadas à garantia de acesso aos documentos e informações pelos usuários dos sistemas de informação em arquivos, visando atender às demandas de pesquisa. Essa prática contribui significativamente para que o serviço arquivístico esteja disponível para a sociedade, fortalecendo a disseminação da informação e o cumprimento da função social dos arquivos.

A literatura arquivística aborda a difusão, como a disseminação de informação e o acesso aos documentos, dados e informações. O acesso diz respeito à possibilidade de consultar documentos existentes no acervo, que pode ocorrer por demanda do usuário da informação utilizando o serviço de arquivo para acessá-los, caso não haja nenhuma restrição de acesso. Outra forma de acesso

pode ser pelas plataformas digitais, catálogos, inventários, listagens, índices. O acesso por meio da plataforma digital pode possibilitar a visualização dos documentos digitalizados (representante digital), geralmente em baixa resolução. Caso o usuário precise do objeto digital em alta resolução, tem que entrar em contato com a instituição para solicitá-lo. Este tipo de serviço pode ser pago ou gratuito, isto vai depender de diretrizes internas de cada instituição, que será explicitado no sítio na descrição dos serviços oferecidos para a população.

Na literatura arquivística brasileira, o acesso é frequentemente compreendido como uma ação integrante da difusão em arquivos, onde as estratégias e ferramentas voltadas a promover, ampliar e facilitar o acesso são desenvolvidas. Rockembach (2015) afirma que,

[...] a difusão em arquivos consiste na busca de estratégias que visem à acessibilidade (facilitar o acesso, procurar vencer as barreiras tecnológicas e linguísticas), transparência (tornar público), atingir determinado público (através do marketing e demais ferramentas auxiliares), entender qual é o público (estudo de usuários e comportamento informacional), estudar as competências informacionais do público (literacia informacional / educação informacional, distinguindo-a da educação patrimonial), realizar a mediação (selecionar, filtrar, acrescentar qualidade informacional na recuperação de conteúdos), procurando uma maior proximidade dos usuários à informação contida nos acervos, por meio de vários canais de comunicação ou aqueles considerados mais adequados, considerando três vértices principais: os usuários, o conteúdo e a tecnologia (Rockembach, 2015, p. 113).

A difusão e acesso em arquivos são conceitos interligados, mas não são sinônimos, portanto cada um possui objetivos e estratégias

distintas, embora complementares. O acesso refere-se à consulta aos documentos e informações. Já a difusão estabelece o conjunto de estratégias para promover, estimular e facilitar o acesso. Na perspectiva de Sousa, Vitoriano e Penha (2024), a difusão em arquivos deve agregar outros conhecimentos e saberes para inclusão social.

Ao considerar a abordagem pós-custodial, comprehende-se que a discussão sobre difusão em Arquivos não deve ser regrada exclusivamente pelas dimensões técnicas arquivísticas, as aplicações de métodos da Administração ou do Marketing que tratam os usuários como consumidor de um produto/serviço ou a emergência do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) para difundir o acervo e ampliar a quantidade de usuários dos arquivos, mas também conjecturar sobre o papel da difusão frente às funções sociais dos Arquivos, principalmente se utilizando das ações educativas e culturais como mecanismos de inclusão e de propagação dos valores de direitos humanos (Sousa, Vitoriano & Penha, 2024, p 1200).

A plataforma digital como ferramenta tecnológica para o acesso deve seguir as escolhas apontadas pela política de gestão e preservação, onde precisa articular os aspectos técnicos, operacionais e organizacionais, garantindo a autenticidade, confiabilidade, acessibilidade e a preservação ao longo do ciclo vital dos documentos, sobretudo dos documentos no ambiente digital.

Nesse sentido, a plataforma digital é compreendida como "a tecnologia fundamental que se assenta em um sistema de computador" (Dicionário Houaiss de Comunicação e Multimídia, 2013, p. 432). Neste contexto, as diretrizes e decisões visam estabelecer os planos de ação para o desenvolvimento das metas e objetivos institucionais, seguindo procedimentos e normas, incluindo a preparação do conjunto documental para acesso aos objetos digitais

em formato de vídeo, por meio dos repositórios digitais, que se configura em uma

Plataforma tecnológica que apoia o gerenciamento dos materiais digitais, pelo tempo que for necessário, e é formado por elementos de hardware, software e metadados, bem como por uma infraestrutura organizacional e procedimentos normativos e técnicos. (CONARQ, 2014).

Desta forma, a plataforma digital realiza o gerenciamento dos objetos digitais para armazenar, descrever e permitir o acesso remoto, porém não pode ser denominado um Repositório Arquivístico Digital Confiável (RDC-Arq), que se caracteriza por ser uma plataforma tecnológica estruturada com políticas institucionais para preservação digital, estabelecendo os parâmetros para garantir a autenticidade, integridade, confiabilidade, acesso e preservação. O RDC-Arq recebe, armazena, preserva e promove o acesso aos documentos de arquivo. Pode também ser interoperável com o Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD),

É uma solução informatizada que visa o controle do ciclo de vida dos documentos, desde a produção até a destinação final, seguindo os princípios da gestão arquivística de documentos. Pode compreender um software particular ou um determinado número de softwares integrados (e-ARQ Brasil, 2022, p. 20).

O SIGAD deve estar em consonância com a gestão documental, garantindo a cadeia de custódia dos documentos, bem como manter a relação orgânica dos documentos de arquivo. Schellenberg (2006) apresenta o conceito e teoria do ciclo vital dos documentos, que refere-se aos documentos de arquivo divididos em três fases: a) fase corrente (documentos de uso frequente no dia a dia da organização e armazenados junto ao produtor do documento), b) fase intermediária (documentos com uso reduzido, que são guardados por razões administrativas, legais ou

financeiras e aguardam o cumprimento dos prazos para destinação final) e c) fase permanente (documentos de guarda definitiva com valor secundário). Em relação à preparação dos arquivos, uma das etapas é a inserção de metadados, que se torna atividade essencial. Entende-se por metadados,

[...] dados estruturados que descrevem e permitem encontrar, gerenciar, compreender e/ou preservar documentos arquivísticos ao longo do tempo (e-ARQ Brasil, 2022, p. 213).

Os metadados podem ser classificados em descritivos, técnicos (ou estruturais) e administrativos. Os técnicos são as informações que descrevem as características técnicas de um objeto digital, como: 1) formato, 2) tamanho, 3) data de criação e 4) software. Já os metadados administrativos são informações que descrevem o contexto administrativo de um documento, como: o processo de produção, tramitação e responsabilidades. (e-ARQ Brasil, 2022). Os metadados descritivos, segundo Sayão (2010, p. 5), são a face mais conhecida dos metadados, são eles que descrevem um recurso com o propósito de descoberta e identificação. A Política de Preservação Digital do Arquivo Nacional preconiza um número mínimo de metadados descritivos: 1) autor; 2) destinatário; 3) produtor; 4) data de criação; 5) data de recebimento; 6) âmbito e conteúdo; 7) código de referência original; 8) título e 9) dimensão. (Brasil, 2016, p. 17). Os três tipos de metadados são obrigatórios.

Portanto, os metadados são termos que possuem uma “relação orgânica” e indexadores produzidos tanto na gestão quanto na descrição, permitindo a recuperação da informação.

Para definição dos metadados, existem dispositivos normativos, como, por exemplo, a Norma ABNT NBR ISO 23081-1:2019 – Metadados para documentos de arquivo – Parte 1: Princípios, a Norma ABNT NBR ISO 23081-2:2020 – Gerenciamento de metadados para documentos de arquivo – Parte 2: Problemas conceituais e implementação,

visando atender essa demanda específica. Deste modo, entendemos que os objetos digitais, nomenclatura técnica dada à produção documental em ambiente digital, devem ser passíveis de princípios e técnicas da gestão documental, resguardadas suas especificidades técnicas. Sendo assim, os objetos digitais em formato de vídeo, a saber, aquele formato de arquivo específico no qual um vídeo gravado (áudio e imagem) deve apresentar todas as informações associadas e armazenadas, inclusive os metadados, pois detêm caráter arquivístico por serem produtos de atividades administrativas, institucionais. Contudo, antes de abordar as especificidades dos formatos de vídeo digital e suas características, faz-se importante estabelecer pontos conceituais e técnicos sobre o vídeo digital, de acordo com LBK (2025):

- **Vídeo Digital:** é um tipo de mídia que consiste em imagens em movimento e som que são codificados em formato digital. Isso significa que as informações visuais e sonoras são convertidas em dados binários, que podem ser armazenados, transmitidos e reproduzidos por dispositivos eletrônicos.
- **Formatos:** existem diversos formatos de vídeo digital, sendo os mais comuns o MP4 (*MPEG-4 Part 14*), AVI (*Audio Video Interleaved*), MOV (*QuickTime File Format*) e WMV (*Windows Media Video*). Cada formato possui características específicas em relação à qualidade de imagem, tamanho do arquivo e compatibilidade com diferentes dispositivos.
- **Produção:** a produção de vídeos digitais envolve a captação de imagens e áudio por meio de câmeras e microfones digitais, a edição do material bruto em softwares específicos e a exportação do produto final em um formato digital adequado.
- **Transmissão:** os vídeos digitais podem ser transmitidos pela internet, por meio de plataformas de *streaming*, redes sociais, sites e aplicativos. Eles

também podem ser armazenados em dispositivos de armazenamento, como discos rígidos, pendrives e cartões de memória.

- **Aplicações:** o vídeo digital é amplamente utilizado em diversas áreas, como entretenimento, educação, comunicação, publicidade e marketing. Ele pode ser utilizado para transmitir informações, contar histórias, ensinar conceitos, promover produtos e serviços, entre outras finalidades.
- **Vantagens:** as principais vantagens do vídeo digital incluem a facilidade de produção e distribuição, a possibilidade de alcance de um grande público, a interatividade com os espectadores, a possibilidade de mensuração de resultados e o baixo custo em comparação com outras formas de mídia.
- **Desafios:** apesar das vantagens, a produção de vídeos digitais também apresenta desafios, como a necessidade de equipamentos e softwares específicos, a competição acirrada por atenção do público, a constante evolução tecnológica e a necessidade de se adaptar às preferências e comportamentos dos espectadores.
- **Tendências:** algumas tendências atuais no mercado de vídeo digital incluem o aumento do consumo de vídeos em dispositivos móveis, a popularização de vídeos ao vivo, a utilização de realidade virtual e aumentada em vídeos, a personalização de conteúdo e a integração de vídeos em estratégias de marketing digital.

Mesmo em meio a tantas características, usos e especificidades, existe um consenso para os formatos, ou extensão de vídeo digital, mais comuns e adequados para plataformas digitais, de acordo com a Adobe (2025), Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos (2019), Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (2017), sendo eles: o MP4 (*MPEG-4*

*Part 14*), MOV (*QuickTime File Format*), AVI (*Audio Video Interleaved*), WMV (*Windows Media Video*), FLV (*Flash Video File*) e MKV (*Matroska Video File*). Dentre esses, o MP4 é geralmente recomendado por ser o mais acessível, versátil e compatível com diversas plataformas de *streaming*, além de oferecer um bom equilíbrio entre qualidade e tamanho de arquivo. Tais características são inerentes aos objetos digitais, sejam os natos digitais, ou aos representantes digitais, documentos analógicos que passaram pelo processo de digitalização (Brasil, 2020).

Destaca-se que, para ser um objeto digital de alta qualidade, deve preservar maior fidelidade à imagem e ao som original, apresentando maior resolução, resultando em vídeos mais nítidos, portanto com melhor definição de cores e som. Em contrapartida, eles ocupam mais espaço. Já um objeto digital em baixa qualidade apresenta uma resolução reduzida, o que pode acarretar perda de detalhes visuais, distorções na imagem e áudio. São arquivos menores, otimizados para carregamento rápido. A escolha entre a alta e baixa qualidade depende do objetivo do uso, sendo a alta qualidade preferida para preservação e a baixa para distribuição rápida e acessível.

Embora encontre-se em algumas políticas de gestão e preservação, bem como nos atos normativos de instituições arquivísticas no contexto brasileiro, não há uma diretriz clara e declaratória que define o formato adequado para o acesso, ficando cada uma responsável pelo formato que melhor atenda aos seus objetivos e funções. Ainda a respeito dos formatos de vídeo, a política de preservação do Arquivo Nacional apresenta um quadro com as seguintes especificações: tipo de documento, formato original, formato de preservação e formato de acesso. Para os compostos por linguagem audiovisual, os formatos originais identificados são AVI (*Audio Video Interleave*); MOB (*Mobipocket*); MOV (*QuickTime File Format*); MPEG (*Moving Picture Experts Group*); MPEG4; WMV (*Windows Media Video*); OGG (*Ogg Vorbis Compressed Audio File*); OGA (*Ogg Vorbis Audio*) e MKV (*Matroska Video File*), o formato de preservação é o MOV e o formato de acesso MPEG-2. (Brasil, 2016, p.

27). A plataforma digital definida pelo Arquivo Nacional para acesso é o Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN).

A ausência de uma orientação norteadora pode gerar dificuldade na padronização e acesso nas plataformas digitais. Neste viés, foi possível notar que o Arquivo Nacional, em sua política de preservação, menciona o formato para documentos audiovisuais, indicando o uso do *QuickTime File Format* (MOV) para fins de acesso. Essa referência demonstra uma preocupação com a acessibilidade dos objetos digitais em sua plataforma digital. No entanto, observa-se que não há um padrão referencial em normativas que estabeleça diretrizes gerais para determinadas plataformas digitais ou mesmo conversão para formatos abertos e não proprietários. Portanto, é fundamental que as plataformas digitais adotem o uso de formatos não proprietários para garantir acessibilidade. Os formatos abertos permitem que os arquivos possam ser acessados, independentemente de fornecedores de tecnologias, o que reduz o risco de obsolescência e perda de informação. Além disso, o uso de formatos abertos democratiza o acesso à informação.

As plataformas digitais também têm sido frequentemente utilizadas pelas instituições para promover acesso ágil às informações, uma vez que o princípio da transparência pública e o acesso à informação são direitos dos cidadãos garantidos pela Constituição Federal do Brasil de 1988, expresso no artigo 5º, inciso XXXIII, onde diz que:

[...] todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado (Brasil, 1988).

Importante ressaltar que, antes do uso das plataformas digitais, o acesso às informações e aos documentos era garantido e acontecia por meio de divulgação dos instrumentos de pesquisa e pelo atendimento presencial nas instituições, resguardando o direito constitucional dos cidadãos. Posteriormente, a

Lei de Arquivos, nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, menciona o acesso e o sigilo dos documentos públicos (foi revogada e é objeto da Lei de Acesso à Informação, nº 12.527 de 2011) e acesso aos arquivos privados, mediante autorização de seu proprietário ou possuidor. Já a Lei de Acesso à Informação, nº 12.527 de 2011, dispõe sobre o direito de acesso à informação nos órgãos públicos e diz que o acesso à informação, dados e documentos deve possuir uma linguagem clara e de fácil compreensão, além da transparência na administração pública. Porém, neste artigo, buscou-se conhecer quais são os procedimentos técnicos adotados por instituições, visando garantir o acesso aos objetos digitais em formato de vídeo, após o tratamento técnico, tornando-os disponíveis para a sociedade, caso não tenha sigilo ou restrição de acesso (direitos de imagem, de uso etc.).

### **3 Procedimentos Metodológicos**

---

A presente pesquisa possui natureza qualitativa e, quanto ao tipo, caracteriza-se como exploratória e descritiva. De acordo com Severino (2017), esse modelo de pesquisa permite a sistematização de dados, informações, colocando-os em condições de análise para a compreensão do problema de pesquisa. Como ferramenta para coletas de dados, foi utilizado questionário de pesquisa, com perguntas semi-abertas, visando coletar informações de instituições brasileiras que trabalham com a disponibilização e acesso de objetos digitais em formato de vídeo em suas plataformas de acesso. É necessário pontuar que o objetivo do formulário não é realizar uma análise comparativa, mas apenas coletar informações sobre o processo de preparação de objetos digitais em formato de vídeo. Para tanto, foi feito uso da técnica de análise interpretativa para a compreensão objetiva das informações coletadas, problematizando o texto lido para obter uma posição pessoal, conforme pensamento de Prodanov e Freitas (2013, p. 145).

Dessa maneira, no dia 03 de julho de 2025, foi encaminhado via e-mail, grupos de WhatsApp,

grupos de discussões, um questionário produzido no *Google Forms*, direcionado ao público de interesse: instituições que detêm acervos audiovisuais, profissionais e pesquisadores do audiovisual, da preservação, seja no âmbito arquivístico, cinematográfico, emissoras de televisão, para preenchimento até o dia 10 de julho do mesmo ano, com sete perguntas, a saber:

- 1- Informe o nome da sua instituição?
- 2- Qual *software* é utilizado para o acesso do audiovisual?
- 3- Quais extensões são usadas para o acesso do audiovisual?
- 4- Os documentos audiovisuais disponibilizados pelo software estão em alta ou baixa resolução?
- 5- Qual o padrão dos metadados utilizados para a descrição do audiovisual?
- 6- Quais foram os parâmetros teóricos para definição do uso das extensões e metadados?
- 7- A instituição possui vocabulário controlado?

Das instituições selecionadas para pesquisa, apenas duas responderam às perguntas, porém optou-se por não as identificar, sendo nomeadas como instituição A e B. Esta decisão visa não comprometer a instituição durante a análise dos dados e procedimentos de acesso do acervo, promovendo a discussão sobre o tema proposto nesta pesquisa de preparação e disponibilização dos objetos digitais em formato de vídeo.

#### **4 Resultados Finais**

---

Como resultados alcançados, mediante a aplicação do formulário de pesquisa e as reflexões teóricas, obtivemos os seguintes resultados que convergem com a proposta desta pesquisa:

---

<sup>1</sup> Segundo, Grácio (2002, p, 43), o Dublin Core é o “desenvolvimento de padrões de metadados para a recuperação de informações nos domínios da Internet.”

A instituição A apresentou um detalhamento em relação aos procedimentos e fundamentos para preparação para promover o acesso em repositório digital, utilizando o Digital Space (DSpace, *software* livre e de código aberto), conhecido como Repositório ARCA e o Banco de Recursos Audiovisuais em Saúde (BRAVS). Para o acesso aos objetos digitais em formato de vídeo utilizados, a extensão em H264 é um padrão de compressão de vídeo de alta qualidade e considerada a matriz, já a extensão em MP4 é a compressão do vídeo, reduzindo a qualidade, considerada uma derivada de acesso, sendo usada para acesso online em plataformas. A respeito da disponibilização dos objetos digitais para visualização na plataforma digital, aderiram ao arquivo em baixa resolução e para disponibilização (download) é em alta resolução.

Em relação aos metadados para descrição dos objetos digitais em formato de vídeo, é o *Dublin Core*<sup>1</sup>, complementado pelo padrão *Encoded Archival Description* (EAD), utilizado para a codificação de instrumentos de descrição documental arquivística, ou seja, um padrão para inventário de arquivos. Os parâmetros para preparação dos objetos digitais em formato de vídeo na plataforma de acesso seguem a Norma ISO 14721:2012, que define o modelo de referência para um sistema de informação arquivística aberto OAIS (*Open Archival Information System*). E, por fim, a instituição A possui vocabulário controlado.

A instituição B faz uso do repositório digital *Visualization in Real-Time* ou *Visual Artist* (VIZRT, código fechado-proprietário), que atua na produção, gerenciamento e distribuição de empresas de mídia digital, portanto, utilizado por empresas privadas. A extensão *Material Exchange Format* (MXF) é um padrão de vídeo usado em produção profissional, considerado um arquivo de alta qualidade. Já a definição dos metadados para descrição dos documentos audiovisuais está em fase de estudo para padronização. Em relação aos parâmetros teóricos, mencionam que fazem

uso dos princípios arquivísticos e do uso cotidiano, além disso possuem vocabulário controlado.

Em síntese, a instituição A se destaca pela aplicação dos padrões reconhecidos e consolidados para preparação dos documentos audiovisuais, envolvendo a descrição e acesso, enquanto a instituição B atua de forma pragmática e flexível, se adaptando às demandas da comunidade de usuários. Ambas demonstram preocupação com o vocabulário controlado e com a organização da informação, embora em estágios distintos, uma já implementada e outra em elaboração. A instituição A utiliza a extensão MP4 como formato de vídeo para acesso, a sua escolha contribui para o uso e reprodução dos objetos digitais. Por outro lado, a instituição B faz uso do formato proprietário, o que significa que seu acesso e manipulação podem depender de softwares específicos que suportam esse padrão. Essa característica pode limitar o acesso aos arquivos e informações.

Destaca-se que, para garantir o acesso contínuo dos vídeos, é necessário utilizar programas que realizem a leitura e conversão dos arquivos em formato aberto e não proprietário. Essa prática ajuda a evitar problemas de obsolescência tecnológica e assegura maior autonomia no acesso aos objetos digitais, alinhando-se às práticas de preservação e garantia de acesso a longo prazo. A decisão de disponibilizar os objetos digitais em baixa resolução pela instituição A permite que o usuário tenha acesso ao conteúdo audiovisual de forma rápida, facilitando a visualização e o compartilhamento dos documentos audiovisuais.

O acesso aos objetos digitais em formato de vídeo dependerá sempre do compromisso que a plataforma, onde estão inseridos, assume, ou seja, compromisso com os princípios institucionais, organizacionais, técnicos e com as necessidades do público que tem relação direta e indireta com as instituições.

Porém, a especificidade e a profusão de etapas na produção deste documento propiciam um detalhamento pormenorizado que, na maioria das vezes, não é compartilhado. Torna-se

relevante a disponibilização mínima das informações - organizacionais, técnicas e legais - para garantir suas características arquivísticas. Percebe-se que há uma urgência nas discussões e consensos para a padronização de campos para acesso de objetos digitais em formato de vídeo, ainda que pesem as especificidades das instituições de guarda.

## **5 Considerações Finais**

---

Este trabalho destacou a importância da preparação dos objetos digitais em formato de vídeo, especialmente no que tange à gestão documental em ambientes digitais, visando sua inserção em plataformas digitais de acesso. A natureza complexa do vídeo — que envolve imagem, som, metadados e, muitas vezes, contextos institucionais específicos — requer um tratamento técnico que transcende a simples descrição temática. Destacamos que a preparação e disponibilização de objetos digitais em plataformas digitais requer diretrizes que contemplam tanto o aspecto técnico, quanto os princípios arquivísticos, incluindo o acesso aos objetos digitais em formato de vídeo. A partir da análise das instituições pesquisadas, entende-se que o uso de plataforma digital é um recurso tecnológico que organiza, armazena e disponibiliza documentos para acesso. Outro aspecto observado sobre as plataformas digitais foi o fato de uma das instituições adotar uma plataforma com código fechado de empresa privada norueguesa, portanto fora do território brasileiro, o que implica uma certa vulnerabilidade e dependência de contratos, consequentemente de recurso financeiro para execução deste serviço e sua manutenção ao longo do tempo.

Observa-se o uso de plataformas para acesso ao acervo nas instituições estudadas, buscando os padrões estabelecidos pela Arquivística, seguindo as normas e padrões para plataformas digitais. Foi possível perceber que as instituições analisadas realizaram estudos para padronização dos metadados, vocabulário controlado e definição de formatos para viabilizar o acesso aos objetos digitais em

formato de vídeo, de acordo com suas necessidades e padrões. A democratização do acesso aos documentos em plataforma digital é um passo fundamental para garantir o direito à informação e à memória coletiva. Ao disponibilizar conteúdo em formato de vídeo de maneira padronizada e acessível, independentemente das especificidades de cada instituição, amplia-se o alcance de diversos públicos, promovendo inclusão social. Essa padronização não apenas facilita a interoperabilidade entre sistemas e acervos, mas também assegura que usuários possam acessar e utilizar os objetos digitais disponíveis. Assim, as plataformas digitais tornam-se ferramentas para o acesso e difusão do acervo.

Portanto, a preparação adequada e o intercâmbio interinstitucional de informações sobre esse processo garantem não só a qualidade técnica destes documentos, mas também a especificação do contexto original, sua organização, descrição e padronização necessárias para sua inserção em plataformas digitais, respeitando princípios arquivísticos, necessidades institucionais e demais critérios indispensáveis ao âmbito digital. Por fim, assume-se que os resultados obtidos não representam uma totalidade das instituições detentoras de acervos audiovisuais brasileiros, porém, são apresentadas novas agendas de pesquisa, tais como o estudo e o compartilhamento dos padrões dos metadados utilizados para a difusão, as metodologias utilizadas para a elaboração de vocabulários controlados, a elaboração de ontologias, e também a utilização promissora da inteligência artificial para impulsionar a difusão.

## 6. Referências

### Livros

- Arquivo Nacional (Brasil) (2016). *Política de preservação digital: versão 2.*  
[http://www.siga.arquivonacional.gov.br/images/an\\_digital/and\\_politica\\_preservacao\\_digital\\_v2.pdf](http://www.siga.arquivonacional.gov.br/images/an_digital/and_politica_preservacao_digital_v2.pdf)
- Associação Brasileira de Normas Técnicas. (2019). *Informação e documentação — Gestão de*

*documentos — Parte 1: Princípios (ISO 23081-1).* Rio de Janeiro: ABNT.

Associação Brasileira de Normas Técnicas. (2020). *Informação e documentação — Gestão de documentos — Parte 2: Diretrizes (ISO 23081-2).* Rio de Janeiro: ABNT.

Benjamin, W. (1994). *A obra de arte na era de sua reproduibilidade.* Obras escolhidas, volume I, 2ª edição, São Paulo: Editora Brasiliense.

Brasil. Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ. Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos – CTDE. (2020a). \*Glossário\* (versão 8.0). Rio de Janeiro: CONARQ.  
[https://www.gov.br/conarq/pt-br/assuntos/camaras-tecnicas-setoriais-inativas/camara-tecnica-de-documentos-eletronicos-ctde/glosctde\\_2020\\_07.pdf](https://www.gov.br/conarq/pt-br/assuntos/camaras-tecnicas-setoriais-inativas/camara-tecnica-de-documentos-eletronicos-ctde/glosctde_2020_07.pdf)

Brasil. Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ. (2020 b acesso em 16/07/2025). *Resolução nº 39, de 29 de abril de 2014: Estabelece diretrizes para a implementação de repositórios arquivísticos digitais confiáveis para o arquivamento e manutenção de documentos arquivísticos digitais em suas fases corrente, intermediária e permanente, dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos – SINAR.*  
[https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/conarq\\_diretrizes\\_rdc\\_arq\\_resolucao\\_43.pdf](https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/conarq_diretrizes_rdc_arq_resolucao_43.pdf)

Brasil. Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ (2022). e-ARQ Brasil: Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos. [recurso eletrônico] / Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. 2. versão. – Dados eletrônicos (1 arquivo : 1 MB). – Rio de Janeiro : Arquivo Nacional. <https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/EARQV205MAI2022.pdf>

Bruno, F. Cardoso, B. (Org.) Kanashiro, M (Org.); Albuquerque, L. S. G (Org.) (2018). *Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem.* 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial - Coleção Estado de Sítio. v. 1. 422p

Edmondson, R. (2017). *Arquivística audiovisual: filosofia e princípios* (C. R. R. de Souza, Trad.). UNESCO.

- Machado, A. (2000). *A televisão levada a sério*. São Paulo: Editora SENAC.
- Mattelart, A. (2002). *História da Sociedade da Informação*. SP: Loyola.
- Prodanov, C. C., & Freitas, E. C. de. (2013). Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico (2<sup>a</sup> ed.). Novo Hamburgo: Feevale.
- Santaella, L. (2007). *Linguagens líquidas na era da mobilidade*. Paulus.
- Schaeffer, J. M. (1996). *A imagem precária: sobre o dispositivo fotográfico*. Campinas: Papirus.
- Schellenberg, T. R. (2006). *Arquivos modernos: Princípios e técnicas* (6<sup>a</sup> ed., Trad. N. T. Soares). Editora FGV.
- Severino, A. J. (2017). *Metodologia do trabalho científico* (6<sup>a</sup> ed.). São Paulo: Cortez.
- Souza, M. W. (2001). *Novas linguagens*. São Paulo: Editora Salesiana.

#### Capítulo de Livro

---

- Castells, M. (2005). A sociedade em rede do conhecimento à política. In: CASTELLS, M.; CARDOSO, G (Orgs). *A sociedade em rede do conhecimento à ação política*. Imprensa Nacional: Casa da Moeda.
- Castells, M. (2003). Internet e sociedade em rede. In: Moraes, D. de (org.). *Por uma outra comunicação*. Rio: Record. p. 255-287.

#### Artigos de Revistas

---

- Buarque, M. D., Machado, J. G. N., & Pontes, E. B. (2020). Plano de Preservação Digital da VideoSaúde: estratégias para a gestão de documentos audiovisuais. *RECIIS*, 14(3). <https://doi.org/10.29397/reciis.v14i3.2100>
- Rockembach, M. (2015). Difusão em arquivos: uma função arquivística, informacional e comunicacional. *Informação Arquivística*, v. 4, 1. Recuperado em 16 de junho de 2025, de <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/41739>
- Sayão, L. F. (2010). *Uma outra face dos metadados: informações para a gestão da preservação digital*. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de*

*Biblioteconomia e Ciência da Informação*, 15(30), 1–20. Recuperado em 16 de junho de 2025, de <https://www.icict.fiocruz.br/sites/www.icict.fiocruz.br/files/Uma%20outra%20face%20dos%20metadados.pdf>

Sousa, A. & Vitoriano, M. & Penha, N. (2024). *Ação educativa e cultural para propagação dos valores de direitos humanos: entre a difusão documental e a ampliação da representação social dos arquivos*. Lisboa: Diálogos na Ciência da Informação.

Werthein, J. (2000). A sociedade da informação e seus desafios. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 29, n. 2, p. 71-77, maio/ago. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ci/v29n2/a09v29n2.pdf>.

#### Teses e Dissertações

---

Grácio, J. C. A. (2002). Metadados para a descrição de recursos da Internet: o padrão Dublin Core, aplicações e a questão da interoperabilidade [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual Paulista]. Universidade Estadual Paulista.

#### Ambiente Web

---

Adobe. (2025). *Noções básicas sobre formatos de arquivos de vídeo e codecs*. <https://www.adobe.com/pt/creativecloud/video/discover/best-video-format.html>

Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)

Brasil. Presidência da República. Casa Civil. (1991). *Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991: Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados*. Diário Oficial da União. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8159.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8159.htm)

Brasil. Presidência da República. (2011). *Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011: Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005*,

- e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.* [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Lei/](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/)
- Brasil. Arquivo Nacional. (2016). *Política de preservação digital: versão 2.* [http://www.siga.arquivonacional.gov.br/images/anDigital/and\\_politica\\_preservacao\\_digital\\_v2.pdf](http://www.siga.arquivonacional.gov.br/images/anDigital/and_politica_preservacao_digital_v2.pdf)
- Brasil, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. (2017). *Rede Cariniana: Lista de formatos preservados.* Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. <https://cariniana.ibict.br/listas-2/>
- Fiocruz. (2025). *Glossário de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação.* Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio / Fiocruz, 2010. Recuperado em 16 de junho de 2025, de <https://www.tdics.epsjv.fiocruz.br/>
- Fundação Oswaldo Cruz. (2020). *Programa de preservação digital de acervos da Fiocruz.* [https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/44220/4/prog\\_preservacao\\_digital\\_acervos\\_fiocruz.pdf](https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/44220/4/prog_preservacao_digital_acervos_fiocruz.pdf)
- Instituto Antônio Houaiss. (2013). *Dicionário Houaiss de comunicação e multimídia* (p. 432). Objetiva.
- International Association of Sound and Audiovisual Archives (IASA). (2017). *A salvaguarda do patrimônio audiovisual: Ética, princípios e estratégia de preservação* (IASA-TC 03, 4ª ed., W. Prentice & L. Gaustad, Eds.). <https://www.iasa-web.org/tc03-pt/etica-principios-e-estrategia-de-preservacao>
- ISO - International Organization for Standardization (2012). *Space Data System Practices — Reference model for an open archival information system (OAIS)* - ISO Standard No. 14721:2012.
- LBK, Escola (2025). *Glossário.* <https://escolalbk.com.br/glossario/o-que-e-video-digital/#:~:text=Defini%C3%A7%C3%A3o,e%20reproduzidos%20por%20dispositivos%20eletr%C3%B3nicos.>
- Library of Congress. (2019). Recommended formats statement 2019–2020. <https://www.loc.gov/preservation/resources/rfs/TOC.html>
- Magix. (2025). *Formatos de vídeo: entenda a diferença entre eles e saiba como usar.* <https://www.magix.com/br/edicao-de-video/formatos-de-video/>
- Michaelis. (2025). *Dicionário brasileiro da língua portuguesa.* Disponível em <https://michaelis.uol.com.br/>